

## O SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO *VAMOS TODOS APRENDER A LER* (EDUBE/BID) - REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOAS/RS: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

*Ananda Cristiane da Silva*<sup>1</sup>

*Darlize Teixeira de Mello*<sup>2</sup>

*Eixo temático: 1- Alfabetização e Políticas Públicas*

**Resumo:** Este artigo objetiva discutir e contextualizar a emergência do sistema apostilado de ensino *Vamos todos aprender a ler* (Edube/BID) na rede municipal de ensino de Canoas/RS. Terá como material empírico os Cadernos dos Alunos 1, destinado respectivamente às classes da Pré-escola I da Educação Infantil. Utiliza a análise cultural como ferramenta metodológica procedimental, situando-se na perspectiva dos Estudos Culturais em Educação. Dará ênfase à fragilidade pedagógica do material didático, a partir da utilização da proposta didática vinculada à instrução fônica. A análise destaca que a proposta didática apresentada segue em uma ordem repetitiva, baseada em atividades de modelos únicos e fixos que compreendem o processo de alfabetização como a aprendizagem de código, desconsiderando o sistema notacional da escrita alfabética e as suas subjetividades infantis.

**Palavras-chave:** Sistema apostilado de ensino. Manuais didáticos. Estudos Culturais. Instrução fônica.

### 1 Introdução

Nos últimos anos temos visto uma vasta adesão das redes públicas de ensino ao sistema de ensino. Ela representa não apenas a compra de materiais didáticos, mas, muitas vezes, de um pacote, que inclui a formação docente e o sistema de avaliação. Nesse sentido, como coloca Adrião. (2009), “[...] essa compra representa [...] estratégias por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o

<sup>1</sup> Bolsista de Iniciação Científica, BIC/ULBRA. Aluna do Curso de Pedagogia da ULBRA/Canoas-RS. Contato: [nandapalermo@rede.ulbra.br](mailto:nandapalermo@rede.ulbra.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFRGS. Professora no PPGEdu e do Curso de Pedagogia da ULBRA/Canoas-RS. Contato: [darlize.mello@ulbra.br](mailto:darlize.mello@ulbra.br).

setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada” (ADRIÃO et al, 2009, p.801) .

Outro aspecto a ser considerado quanto à adesão pelo sistema de ensino apostilado pelas redes de ensino pública são os interesses financeiros do setor editorial que um novo espaço de captação de recursos. (BRITTO, 2011). Estudos de Amorim (2008) destacam que a introdução dos sistemas apostilados de ensino na educação regular emergem na década de 70 e associam-se ao governo ditatorial da época, uma vez que “as políticas autoritárias e desenvolvimentistas, [...] cuidam para que alunos e professores sejam controlados por esquemas rígidos de divisões de aula, concentradas única e exclusivamente em apostilas”. (AMORIM, 2008, p.42). No sul do país, temos percebido, no período de 2019 a 2023, uma ampliação da adesão do sistema de apostilado, parecendo essa ampliação estar vinculada à implementação da Política Nacional da Alfabetização (BRASIL, 2019)<sup>3</sup>, destacando-se o Programa de Alfabetização Alfa e Beto (OLIVEIRA, 2008)<sup>4</sup> e o Vamos Todos Aprender a Ler (ALMEIDA; NAVAS, 2021), sendo o último, objeto de análise deste estudo.

O destaque que desejamos dar à parceria público-privada faz-se necessário na discussão deste estudo, uma vez que pesquisas sobre o tema têm apontado aspectos que merecem um olhar mais atento, como por exemplo, a falta de licitação<sup>5</sup> e de avaliação dos sistemas apostilados de ensino, uma vez que nem sempre passam pelo processo de licitação ou de avaliação oficial, como ocorre com os livros didáticos adquiridos pelo PNLD (BRASIL, 1985)<sup>6</sup>. Ou dá-se ainda “a fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços comprados pelos municípios, o duplo pagamento pelo mesmo serviço, vinculação do direito à

---

<sup>3</sup> O Programa de Alfabetização Alfa e Beto, criado em 2006, pelo Instituto Alfa e Beto, organização não governamental “sem fins econômicos”, destina-se à alfabetização de crianças da pré-escola, na Educação Infantil e dos primeiros anos, no Ensino Fundamental. O Programa vem sendo executado em redes estaduais e municipais de ensino em todo o país. (OLIVEIRA, 2008).

<sup>4</sup> A Política Nacional de Alfabetização foi instituída no Brasil, em 11 de abril de 2019, por meio do Decreto n. 9765. Tem como propósito “melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional. (BRASIL, 2019).

<sup>5</sup> Vale destacar que, segundo Brito (2011), até 2007, a maioria dos municípios paulistas, por exemplo, aderiu aos sistemas apostilados sem processo licitatório, tinham apenas como base o critério de notória especialização. Foi somente nesse ano que o Tribunal de Contas do Estado passou a exigir a realização de licitação. Ela deveria ser precedida de consulta ao órgão gestor da educação no município, para a escolha do sistema apostilado a ser utilizado. Contudo, para a autora, apesar desse importante passo, parece que tal exigência nem sempre impede que as licitações realizadas, na modalidade de carta-convite, o que pode direcionar a escolha dos serviços educacionais a serem prestados pelas contratadas. (BRITTO, 2011).

<sup>6</sup> O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, emerge de uma longa trajetória de políticas públicas que se iniciou em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro. Em meados dos anos 90, o programa começa a fazer parte do recurso de orçamentos do FNDE e sofre alterações substanciais com a universalização do atendimento aos alunos do ensino fundamental regular em escolas públicas, a introdução da avaliação sistemática pedagógica para assegurar a qualidade do material adquirido, a aquisição universal e a distribuição planejada. (BRITTO, 2011).

qualidade de ensino submetida à lógica do lucro e padronização/homogeneização de conteúdos e currículos escolares como parâmetro de qualidade”. (ADRIÃO et al, 2009, p. 807)

### **Metodologia de pesquisa**

A pesquisa, situada no campo dos Estudos Culturais, tem como ferramenta metodológica a análise cultural, uma vez que procura analisar o sistema apostilado de ensino - *Vamos Todos Aprender a Ler* (ALMEIDA; NAVAS, 2021), em um contexto específico, rede municipal de ensino de Canoas, modalidade de ensino Educação Infantil - mostrando, por exemplo, que a inserção dessa forma de trabalho na referida rede de ensino é um campo de confluência de forças em que se travam lutas para definir o espaço da Educação Infantil como um espaço de alfabetização ou letramento: letrar ou alfabetizar? Alfabetizar letrando? Letrar alfabetizando? Alfalettrar?

Assim, a pesquisa analisa os Cadernos do Aluno 1, destinado as classes, Pré-escola I, entendendo a análise cultural em “uma dupla função: ao mesmo tempo, o objeto de estudo e o local da ação e da crítica política”. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 43).

A análise cultural a ser desenvolvida procurará discutir e contextualizar a emergência do sistema apostilado de ensino, na referida rede municipal de ensino, evidenciando como esses materiais didáticos impactam o currículo da Educação Infantil, definindo o que deve ser ensinado, ordenando os saberes, operando um currículo cultural na medida em que, ao propor um programa com materiais didáticos, definem as regras a partir das quais os professores podem/devem interagir.

### **Sistema Apostilado de Ensino: Vamos todos aprender a ler (Edube/BID) - Rede municipal de ensino de Canoas/RS**

“*Vamos todos aprender a ler*” é uma iniciativa de alfabetização inicial do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina. O programa surgiu na Colômbia em 2018 e apresentou dados positivos na versão em espanhol e levou o Banco a realizar a adaptação do programa em português para o Brasil por meio de uma parceria do BID com o Instituto de Educação Baseada em Evidências - Instituto Edube - responsável também pelas orientações da Base Comum Curricular/BNCC (BRASIL, 2017).

A rede municipal de ensino de Canoas, localizada em Canoas/RS, aderiu ao programa “*APRENDAMOS TODOS A LER*” em 2021. Esse programa de ensino oferece o sistema

apostilado de ensino para a Educação Infantil, classes de Pré I e Pré II. Segundo a Secretaria de Educação do Município de Canoas, com uma metodologia baseada em evidências, por meio de “*APRENDAMOS TODOS A LER,*” emerge o programa “Pacto pela Alfabetização” que busca garantir o aprimoramento da leitura, a consolidação da alfabetização e recuperar as perdas de aprendizagem causadas pela pandemia, incluindo ainda a Educação Infantil para que tenham um melhor desempenho nos anos Iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com a Secretaria de Educação do Município:

Na última avaliação de 2022, o programa mostrou que quase metade dos alunos das séries iniciais do município sabem ler e escrever. Em 2021, o índice do 1º ano era de 31%, enquanto em 2022, atingiu 47%, representando um aumento de 16% em comparação com o ano passado. Já as turmas do 2º ano, em 2021 estavam em 45.4%, e em 2022 atingiram 64%. O número representa um aumento de 18,6%. (CANOAS, 2022)

A secretária da Educação do município de Canoas/RS comentou que os resultados podem ser sentidos, pois o programa começa na Educação Infantil, sendo a “base forte” e necessária para que Canoas suba o índice ainda mais.

De acordo com a secretaria de Educação do município de Canoas, 82 escolas fazem parte do programa Pacto pela Alfabetização, sendo que 38 são EMEIs. A secretaria de educação ressalta que as EMEIs “não alfabetizam”, entretanto utilizam-se do programa “Pacto pela Alfabetização”, com a proposta de apostilados “*APRENDAMOS TODOS A LER,*” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### **Contextualização do sistema de ensino apostilado *Vamos todos aprender a ler* (Edube/BID)**

O programa para pré-escola é composto pelos seguintes materiais: dois cadernos do aluno, que denominaremos de Caderno do Aluno (CA) – conforme o material do sistema apostilado de ensino - com atividades para sala de aula e para casa e duas guias para os professores, sendo um que denominaremos de “Cartilha Implementação” (AP) que oferece uma proposta de aprendizagem Socioemocional” e outra com que denominamos de (AP) “Vamos Todos Aprender a Ler”, como guia de orientações para os Professores, como um recurso pedagógico chamado formador de palavras. Conforme já situado, a análise nesse artigo, devido ao número de laudas, destacará a análise dos Cadernos do Aluno 1.

**Figura 1:** Capas das Apostilas das Crianças (AC)



**Fonte:** *Vamos Todos Aprender a Ler* (ALMEIDA; NAVAS, 2021)

**Figura 2:** Capas das Apostilas do Professora (AP).



**Fonte:** *Vamos Todos Aprender a Ler* (ALMEIDA; NAVAS, 2021)

O programa “*Vamos todos Aprender a Ler*” destaca que é uma forma de facilitar a aprendizagem no 1º ano, dos Anos Iniciais, pois possibilita às crianças da pré-escola entrarem em contato com as consoantes contínuas, que são aquelas que permitem à criança sustentar a pronúncia do fonema por mais tempo durante a decodificação.

O material é todo organizado para o trabalho de preparação das classes de Pré I e Pré II. Observa-se, de forma explícita, no sistema de apostilamento da Educação Infantil uma

proposta de alfabetização, conforme pode ser evidenciado no Caderno do Aluno 1 (figura 3), o uso repetitivo da letra (A) como memorização. Ferreiro e Tereberosky (1999), no entanto, já destacavam que “Ler não é decifrar, escrever não é copiar”. Contudo, a proposta programa “*Vamos todos Aprender a Ler*” apresentada é baseada em cópia.

Estudos de Ferreiro e Teberosky também enfatizavam a relevância do levantamento de hipóteses de escrita a partir da escrita espontânea. As autoras já evidenciavam no final da década de 80 que uma criança de 4 e 5 anos, no mínimo, sabe diferenciar palavras de símbolos e imagens, mesmo sem ter ido à escola, pois entendem que “O desenho pode ser interpretado, o texto serve para ler o que o desenho representa. Neste caso, como em muitos outros, a expectativa é a de que o texto corresponda ao desenho, o objeto representado em um também o está no outro” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 73).

Tal relevância é destacada na BNCC, uma vez que esse documento curricular, na modalidade da Educação Infantil, ressalta que a produção escrita precisa ser desenvolvida em práticas pedagógicas que incentivam a escrita espontânea. Como pode ser observado no Campo de experiência: “escuta, fala, pensamento e imaginação”, destinado às crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses, na habilidade (EI03EF01). Nessa habilidade da BNCC consta que a criança da Educação Infantil necessita: “(EI03EF01): Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão”. (BRASIL, 2017, p.49).

Destaca-se também que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/DCNEI (BRASIL, 2010), nessa modalidade de ensino não se deve alfabetizar, mas sim letrar.

Além desses documentos oficiais, vale ressaltar que o próprio Referencial Curricular para a Educação Infantil do município de Canoas/RS destaca a escrita espontânea como uma habilidade a ser desenvolvida:

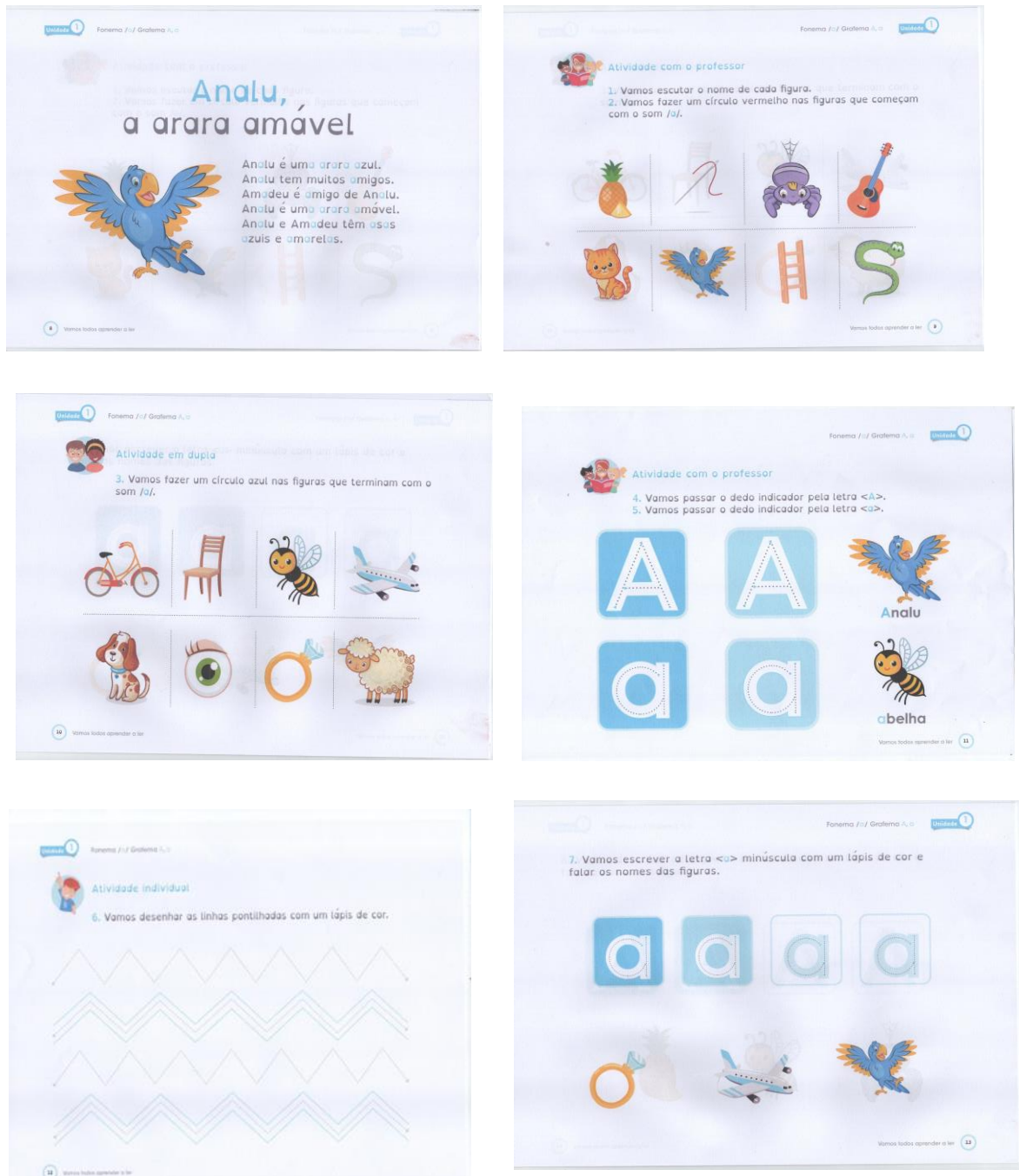
(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.

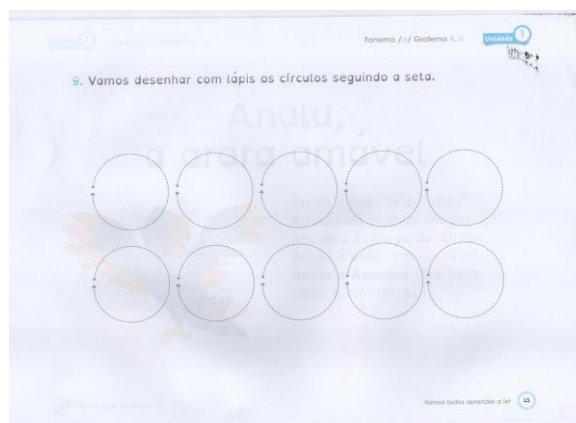
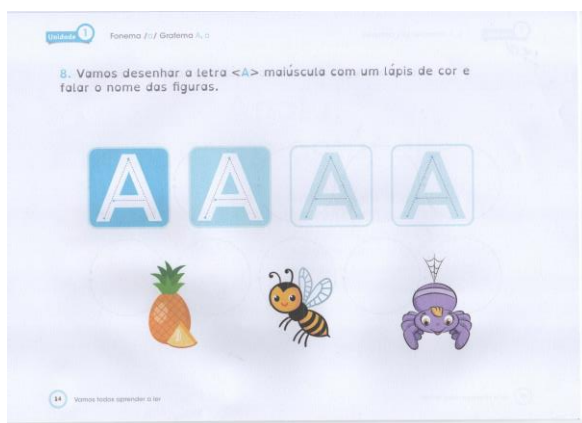
(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.(CANOAS, ano 2020, p.28)

Deste modo, observamos que, apesar de esses documentos oficiais orientarem a relevância da escrita espontânea na Educação Infantil, a proposta didática do Caderno do Aluno 1 (figura 3) apresenta um trabalho que prioriza a instrução fônica, pois ensina as crianças a produzirem oralmente os sons representados pelas letras.

Na figura 3 - *Atividade com o professor – letra A* - Caderno do Aluno 1/(ALMEIDA; NAVAS, 2021), pode ser observada a proposta didática realizada para a criança, a partir de uma sequência de atividades repetidas para que ela conheça a letra A, considerando dois aspectos: o valor fonológico, associado a imagens e a representação gráfica do grafema.

**Figura 3:** Atividade com o professor – letra A - Caderno do Aluno 1





**Fonte:** Caderno do Aluno 1 (ALMEIDA; NAVES, 2021, p.8,9,10,11,12,13,14 e 15)

Como podemos analisar, a sequência didática de reconhecimento da letra (A) é uma sequência em que o valor fonológico, associado a imagens e à representação gráfica do grafema, será central, através de trabalho de leitura de pseudotextos- textos produzidos para o trabalho de fonemas em estudo - pela professora; de reconhecimento de som - no início ou no final da palavra, a partir da leitura de imagens; do treino motor para o traçado da letra “A”.

Essa sequência didática se repete com as demais letras ao longo do Caderno do aluno 1 (ALMEIDA; NAVES, 2021). Deste modo as atividades são introduzidas de forma mecânica, como acrescenta Baptista (2011). Para o autor, esse tipo de trabalho relaciona-se a uma ação compensatória para obtenção de melhores resultados nas etapas seguintes da educação básica.

Essa sequência de atividades didáticas nos faz refletir sobre a proposta pedagógica da Educação Infantil do município de Canoas/RS, e de que modo o letramento tem feito parte desse espaço escolar.

Se a criança deve ser vista como um sujeito histórico e de direitos que aprende nas interações e práticas cotidianas que vivencia, então cabe a nós, educadores, garantirmos que entre esses direitos estejam o de aprender a ler e escrever. Não defendemos que a criança se alfabetize na Educação Infantil, mas que ela aprenda a ler e a escrever por meio de diferentes atividades vivenciadas na escola e fora dela. Em relação à escola, que tais atividades sejam lúdicas, interessantes e desafiadoras de modo a garantir que avancem em seus conhecimentos sobre a escrita desde a Educação Infantil (ALBUQUERQUE; FERREIRA, 2020, p. 30).

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) também aponta esse aspecto. De acordo com o documento na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer:



As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua (BRASIL, 2017, p. 44).

Neste sentido podemos pensar: será que o sistema de escrita do apostilamento está sendo inserido de forma espontânea e prazerosa na Educação Infantil? Será que está de acordo com a BNCC? Podemos considerar todas as discussões acerca desse tema, letramento na Educação Infantil e analisar se estes esses Cadernos do Aluno, destinados a esse segmento, podem possibilitar uma interação das crianças com o processo de leitura e de escrita ou essa é apenas mais uma forma de repetição, memorização e cópias de modelos. O sistema apostilado de ensino não estaria tirando a autonomia do professor em sala de aula? Essas são questões que têm sido produzidas para futuras análises sobre a temática.

## **5 Alguns apontamentos finais**

Considerando a análise do material, observa-se uma proposta didática em que o trabalho de apropriação do sistema de escrita alfabética será desencadeado pela sequenciação de atividades que envolvem o estudo das unidades linguísticas (som e letra) por um trabalho de repetição, tendo a instrução fônica como ênfase metodológica.

A proposta didática apresenta às crianças os sons e as letras passo a passo em uma ordem repetitiva, baseada em atividades de modelos únicos e fixos, desconsiderando as suas subjetividades infantis. Assim, a partir de discussões no campo da Alfabetização, que têm destacado a aprendizagem da alfabetização, não como a aprendizagem de um código, mas a aprendizagem de um sistema de representação, em que os signos (grafemas) são representações do sons da fala (fonemas), como bem mostram os estudos e pesquisas de Soares (2020), é importante ser destacado o trabalho de alfalettrar no espaço da Educação Infantil.

## **Referências**

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGUI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de 'sistemas de ensino' por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, pp. 799-818, out/2009.

AMORIM, Ivair Fernandes de. **Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino**. Dissertação de Mestrado. 191f. Araraquara, São Paulo: UNESP - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara, 2008.

BAPTISTA, M. C. Alfabetização e letramento em classes de crianças menores de sete anos. In: Ângela Dalben et al (org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**: alfabetização e letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 pp.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados. **Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 2011.

CANOAS. Referencial Curricular de Canoas. Canoas: SMED/Canoas, 2022.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA Rosa Hessel; SOMMER Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. 2003, maio/jun/jul/ago, nº 23, 3-61pp.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

OLIVEIRA, João Batista e Oliveira. **Manual de orientação do Programa Alfa e Beto**. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2008.

SOARES, Magda. **Alfalettrar** – toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.